

**SUMÁRIO**

Apresentação à 3. <sup>a</sup> edição.....	7
Apresentação à 2. <sup>a</sup> edição.....	9
Prefácio à 1. <sup>a</sup> edição – ROGÉRIO LAURIA TUCCI.....	11
Lista de abreviaturas .....	19
<b>1. A VERDADE DIMENSIONADA NO PROCESSO .....</b>	<b>21</b>
1.1 Que é verdade? .....	21
1.2 A unicidade da verdade.....	25
1.3 A busca da verdade e a finalidade do processo.....	26
1.4 O Direito e a verdade.....	28
1.5 Princípios e a verdade .....	30
1.5.1 Princípio da verdade material .....	33
1.5.2 Princípio da verdade formal.....	35
1.5.3 A verdade material no processo civil e a verdade formal no processo penal .....	37
1.5.4 O enfraquecimento dos dogmas e a verdade processual....	39
1.6 Verdade produzida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa ..	42
1.7 O consenso e a verdade .....	45
1.8 Verdade sabida, fato notório e evidência .....	48
<b>2. O DESCOBRIMENTO DA VERDADE NOS SISTEMAS PROBATÓRIOS ANTIGOS.....</b>	<b>52</b>
<b>3. RAÍZES LUSITANAS DE APURAÇÃO DA VERDADE .....</b>	<b>57</b>
<b>4. A BUSCA DA VERDADE SOB A ÉGIDE DO DIREITO CONSTITU- CIONAL .....</b>	<b>64</b>
4.1 O influxo das Constituições na investigação da verdade.....	64
4.2 Critérios constitucionais que prevaleceram até a Carta de 1934 ...	67

4.3	A Constituição de 1937 e a promulgação do Código de Processo Penal.....	73
4.4	O período pós-constitucional de 1946.....	75
4.5	Os modernos ditames da Constituição de 1988 .....	76
5.	INVESTIGAÇÃO DA VERDADE .....	81
5.1	Inquérito policial e o descobrimento da verdade.....	81
5.1.1	Finalidade do inquérito e primeiras medidas investigativas	84
5.1.1.1	Medidas assecuratórias .....	86
5.1.1.2	Busca e apreensão .....	87
5.1.1.3	Sequestro, arresto e hipoteca legal.....	88
5.1.2	Investigação oficial aprimorada pelo uso da tecnologia ...	90
5.1.2.1	Notitia criminis, boletim eletrônico e registro digital de ocorrência.....	90
5.1.2.2	Sistemas Infoseg, Ômega, Phoenix e Fotocrim....	93
5.1.2.3	Identificação do criminoso: datiloscopia, papiloscopia e Afis.....	96
5.1.2.4	Identificação do criminoso internauta .....	100
5.1.2.5	Disque-denúncia.....	103
5.2	Termo Circunstanciado.....	104
5.3	Comissão Parlamentar de Inquérito e a apuração da verdade.....	105
6.	AÇÃO PENAL E O POSICIONAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FRENTE À PERQUIRIRÇÃO DA VERDADE .....	108
6.1	Titularidade da ação penal .....	108
6.2	Ministério Público e sua condição de parte no processo penal .....	110
6.3	Ministério Público e a instrução do processo .....	114
6.4	Assistente da acusação e sua contribuição para o descobrimento da verdade.....	119
7.	PROVA E VERDADE .....	123
7.1	A utilização da prova como instrumento de apuração da verdade ...	123
7.2	Breves noções sobre a teoria legal da prova .....	125
7.3	Objeto da prova .....	127
7.4	Desnecessidade da prova .....	128

7.5	Momentos probatórios .....	129
7.6	Ônus da prova.....	131
7.7	Averiguação da verdade pelo juiz natural.....	133
7.7.1	Poderes atribuídos ao juiz em busca da verdade.....	140
7.7.1.1	Poderes inquisitórios do juiz penal .....	144
7.7.1.2	Poderes instrutórios.....	146
7.7.2	A busca da verdade em superior instância judicial .....	147
7.8	Liberdade, legalidade e restrições à prova .....	149
7.8.1	Prova ilícita.....	151
7.8.1.1	Prova ilícita por derivação.....	154
7.8.1.2	Desentranhamento da prova ilícita .....	156
7.8.2	Intimidade, vida privada, honra e imagem .....	157
7.8.3	A proteção do domicílio.....	160
7.8.4	Segredo e sigilo .....	162
7.8.5	Sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas .....	163
7.8.6	Sigilo das comunicações telefônicas.....	165
7.8.7	Sigilo de dados .....	170
7.8.8	Sigilo bancário e das instituições financeiras .....	174
7.8.9	Difusão do sigilo profissional.....	179
7.8.10	Sigilo do juiz de direito, do representante do MP e da autoridade policial .....	181
7.8.11	Sigilo do advogado .....	183
7.8.12	Sigilo médico .....	186
7.8.13	Sigilo do jornalista .....	189
7.8.14	Da aplicação do princípio da proporcionalidade .....	191
7.9	Meios de prova.....	201
7.9.1	Exame de corpo de delito.....	202
7.9.2	Perícia: características gerais.....	204
7.9.2.1	Perito, quesitos e laudo pericial .....	207
7.9.2.2	Intérprete e tradutor.....	210
7.9.2.3	Exames necroscópico e de exumação.....	211
7.9.2.4	Exame de lesões corporais .....	212
7.9.2.5	Exame grafotécnico .....	213
7.9.2.6	Perícia de laboratório e exame de DNA .....	213

7.9.2.7	Instrumentos do crime e avaliação de coisas .....	217
7.9.3	Do acusado e seu defensor .....	218
7.9.3.1	Interrogatório e os direitos do acusado .....	219
7.9.3.2	Formalidades legais que cercam o interrogatório	223
7.9.3.3	Local do interrogatório e videointerrogatório .....	227
7.9.3.4	Confissão e parcialidade do acusado .....	234
7.9.3.5	Delação premiada .....	237
7.9.3.6	Defensor e a sua obrigatória intervenção no processo .....	240
7.9.3.7	O <i>munus</i> que apara a parcialidade do defensor ....	242
7.9.4	Do ofendido .....	245
7.9.4.1	Realinhamento procedimental da importância do ofendido.....	245
7.9.4.2	Atuação do ofendido no polo ativo da ação penal	250
7.9.5	Prova testemunhal .....	255
7.9.5.1	Compromisso de dizer a verdade .....	255
7.9.5.2	Quem pode testemunhar e obrigatoriedade do depoimento.....	258
7.9.5.3	Oralidade .....	260
7.9.5.4	Exame direto da prova testemunhal .....	262
7.9.5.5	Número de testemunhas que podem ser arroladas	265
7.9.5.6	Incomunicabilidade e ordem de inquirição.....	266
7.9.5.7	Direito ao confronto e videodepoimento.....	267
7.9.5.8	Depoimento por carta precatória ou por videoconferência .....	268
7.9.5.9	Acareação e contradita .....	270
7.9.5.10	Valor da prova testemunhal.....	271
7.9.5.11	Programa de proteção a testemunhas .....	272
7.9.6	Reconhecimento de pessoa ou coisa .....	274
7.9.7	Prova documental e sua autenticidade .....	275
7.9.7.1	Prova eletrônica, documento eletrônico e processo judicial eletrônico .....	277
7.9.7.2	Dificuldade no recolhimento da prova digital .....	281
7.9.7.3	Ata notarial como meio de prova.....	284
7.9.7.4	Prova emprestada e a confirmação da verdade ....	287

7.9.8	Indícios.....	289
7.9.9	Cooperação jurídica internacional.....	290
7.9.9.1	Extradicação.....	298
7.10	Sistemas de apreciação da prova no processo penal.....	299
7.10.1	“Juízos de Deus” e ordálias.....	301
7.10.2	Íntima convicção do juiz.....	303
7.10.3	Prova legal.....	303
7.10.4	Persuasão racional.....	304
8.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, ALEGAÇÕES FINAIS E NULIDADE ..	309
8.1	Alegações finais orais.....	311
8.2	Preservação da fidelidade dos atos praticados em audiência.....	312
8.3	Videoconferência e teleaudiência.....	314
8.4	Nulidades.....	318
8.4.1	Ato nulo.....	319
8.4.2	Ato inexistente.....	319
8.4.3	Nulidade e legalidade das formas.....	320
8.4.4	Nulidade e prejuízo.....	322
8.4.5	Instrumentalidade das formas.....	323
8.4.6	Nulidade e o descobrimento da verdade.....	323
8.4.7	Convalidação dos atos sanáveis.....	323
8.4.8	Nulidade derivada.....	324
8.4.9	Lealdade, interesse e nulidade.....	325
8.4.10	Arguição de nulidade.....	326
8.4.11	Momentos de arguição da nulidade.....	326
8.4.12	Declaração judicial da atipicidade do ato.....	327
8.4.13	Nulidade absoluta.....	328
8.4.14	Nulidade relativa.....	331
8.4.15	Nulidades do Júri.....	332
9.	SENTENÇA DECLARATÓRIA DA VERDADE.....	337
9.1	Estrutura formal da sentença.....	339
9.1.1	Relatório.....	340
9.1.2	Fundamentação.....	340
9.1.3	Parte dispositiva e assinatura do juiz.....	341



9.2	Sentença absolutória.....	342
9.3	Sentença condenatória.....	345
9.4	Teoria da congruência.....	346
10.	PREDOMÍNIO DA VERDADE: RIGOR E ABALOS.....	349
10.1	Coisa julgada e presunção da verdade.....	349
10.2	Revisão criminal.....	351
10.2.1	Revisão <i>pro reo</i> .....	352
10.2.2	Revisão <i>pro societate</i> .....	354
10.3	A busca da verdade no Juizado Especial Criminal.....	355
10.4	Efeitos da suspensão condicional do processo.....	356
10.5	Suspensão do curso do processo no caso de revelia.....	358
	Bibliografia.....	361
	Índice Alfabético-Remissivo.....	385
	Outras obras do Autor.....	397